



NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ
Secretaria de Planejamento e Finanças
Núcleo de Arrecadação, Tributação e Fiscalização
Travessa Jorge Matias, 10 - Campo Velho - Quixadá - CE - 63.900.000

NFe-S 39

DATA DE EMISSÃO
06/10/2016

COMPETÊNCIA
2016/10

Página: 1/1

PRESTADOR DO SERVIÇO

Razão Social: PHABRICA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

CPF/CNPJ: 05.592.212/0001-29

Inscrição Municipal: 000000000

Inscrição Estadual:

Município: QUIXADA

UF: CE

Endereço: RUA RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA, 332 - BAVIERA - CEP 63905055

TOMADOR DO SERVIÇO

Nome/Razão Social: FLAVIO ALVES SABINO

CPF/CNPJ: 392.301.043-53

Endereço: Câmara dos Deputados Anexo 4, gabinete 617, 617 - Zona Cívico-Administrativa - CEP 60015052

Município: BRASILIA

UF: DF

E-mail: fasseguros@yahoo.com.br

Inscrição Estadual:

Serviço prestado na cidade de QUIXADA

DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Prestação de serviços publicitarios,divulgação em rádio e internet(blogs e afins) para a divulgação das atividades na Câmara Federal referente ao mandato do Deputado Cabo Sabino, referente ao mês de setembro de 2016.	1,0000	2.000,000	2.000,000

VALOR TOTAL DA NOTA: R\$ 2.000,00

INFORMAÇÕES DA ATIVIDADE

CNAE: 731140000 - Agencias de publicidade
Código de Serviço: 17.6 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e os demais materiais publicitários.

NATUREZA DA OPERAÇÃO

1 - TRIBUTAÇÃO NO MUNICÍPIO

OUTRAS DEDUÇ. (R\$)	DESC. CON. (R\$)	DESC. INCON. (R\$)	ALÍQUOTA (%)	VALOR DO ISS (R\$)	IMPOSTO RETIDO (R\$)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	5,00	R\$ 100,00	R\$ 0,00
VALOR LÍQ. (R\$)	VALOR BRU. (R\$)	BASE DE CÁLC. (R\$)			
R\$ 2000,00	R\$ 2000,00	R\$ 2.000,00			

DETALHES DOS IMPOSTOS

VALOR DO CSLL	VALOR DO INSS	VALOR DO PIS	VALOR DO IR	VALOR DO COFINS
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

- A autenticidade desta nota está sujeita a verificação no site <http://www.quixada.ce.gov.br>

Esta Nota Fiscal foi emitida com respaldo na Lei Complementar Nº 002/2009 (CTM) e no Decreto Nº 001/2011.

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO



3E3B8D948C



RECIBO

R\$ 2.000,00

Recebemos de Flavio Alves Sabino, a importância de R\$ 2.000 (DOIS MIL REAIS).

Referente à divulgação das ações do mandato do Dep. Federal Cabo Sabino (PR-CE), durante o mês de setembro de 2016 referente a NF-s nº 39. Pelo o que damos plena e total quitação do presente recibo.

Quixadá, 06 de outubro 2016.


Responsável

Phabrica Comércio e Serviços LTDA.
Rua Raimundo Gomes de Oliveira 332, Baviera – QUIXADÁ CE 3412-1778-
CEP 63905-055 CNPJ:05.592.212.0001/29

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - Mês de SETEMBRO de 2016

O presente relatório tem o objetivo de ressaltar as atividades de **divulgação** no mandato do deputado federal CABO SABINO (PR-CE) desenvolvidas pela empresa **PHABRICA COMERCIO E SERVIÇOS** em sintonia com o Gabinete do deputado no Distrito Federal.

O trabalho referente ao período acima teve como destaques as **atividades parlamentares, realizadas no mês de setembro de 2016**. A veiculação de notícias nos programas “Bom Dia Meio Norte” e “Meio Norte Noticias” que vão ao ar de Segunda à Sexta na FM MEIO NORTE DE QUIXADÁ 96,7 repercutiram positivamente nas demais mídias do Estado do Ceará.

Entre as pautas divulgadas, as que ganharam maiores repercussão foram:

“CPI DO DPVAT” “ Deputado Federal Cabo Sabino relata a favor do pagamento de indenização a dependentes de profissionais de segurança pública” “ Atendendo o requerimento do Deputado Federal Cabo Sabino, Assembleia Legislativa debate crise no sistema socioeducativo do Ceará ”

Seguem links de matérias que ganharam expressão estadual

<http://cabosabino.com.br/site/2016/09/15/cpi-do-dpvat-em-audiencia-publica-mp-confirma-indicios-de-fraudes-na-concessao-do-seguro/>

<http://cabosabino.com.br/site/2016/09/16/deputado-federal-cabo-sabino-relata-a-favor-do-pagamento-de-indenizacoes-a-dependentes-de-profissionais-de-seguranca-publica/>

<http://cabosabino.com.br/site/2016/09/19/assembleia-legislativa-sedia-encontro-regional-da-camara-federal-para-debater-crise-no-sistema-socioeducativo-do-ceara/>

Quixadá , 06 de outubro de 2016

CPI do DPVAT: Em audiência pública requerida por Cabo Sabino, MP confirma indícios de fraudes na concessão do seguro



A audiência pública foi requerida pelo deputado Cabo Sabino, que já requereu a quebra do sigilo bancário e fiscal da Seguradora Líder

Na última terça-feira (13), a convite do deputado federal Cabo Sabino (PR/CE), o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Bruno de Oliveira Muller, assegurou em audiência pública, na CPI do DPVAT, que existe indícios de desvios na concessão de seguro em todo País.

De acordo com Muller, na cidade de Janaúba, por exemplo, município brasileiro do estado de Minas Gerais, os atravessadores do DPVAT também conseguiram desviar questões do INSS e facilitar empréstimos bancários para idosos.

“Em 2010, o seguro DPVAT pagou R\$ 2 Bilhões e 296 milhões em indenizações e reembolsos. No ano de 2015, a arrecadação foi de R\$ 4 bilhões e 900 milhões. É um mercado cativo, lucrativo e não recebe nenhum tipo de gerência ou fiscalização”, frisou.

Cabo Sabino (PR/CE) já requereu a quebra do sigilo fiscal e bancário dos diretores da Seguradora Líder, empresa privada por administrar a concessão do seguro no Brasil. A iniciativa do parlamentar atende aos apelos do Ministério Público de Minas Gerais, feitos à CPI, como parte principal para fechar o quebra-cabeça no tocante as provas já colhidas, no sentido de rastrear o dinheiro e saber para onde está indo.

Para o deputado, as fraudes no seguro tipifica-se como “morte seguida de roubo”. “Se pudessem, matavam as pessoas para roubar a família. O que importa é eles se beneficiarem”, criticou o parlamentar.

De acordo com Cabo Sabino, mesmo que seja concluída a CPI, é necessário que o Ministério Público avance com as negociações e os culpados sejam punidos. “É necessário que, nós, parlamentares, apresentemos projetos para acabar com a Líder Seguradora. É uma Laranja institucionalizada”, rechaçou.

Deputado federal Cabo Sabino relata a favor do pagamento de indenizações a dependentes de profissionais de segurança pública



O projeto estava engavetado há 11 anos, na Câmara Federal

O deputado federal Cabo Sabino (PR/CE) relata a favor do Projeto de Lei 5.017, que, há 11 anos, estava engavetado na Câmara Federal, de autoria do deputado Cabo Júlio, em que assegura aos dependentes do policial e ao bombeiro militar, morto no cumprimento do dever, em serviço ou não, o pagamento de uma indenização de valor correspondente a três meses da sua última

remuneração.

A proposição que tramita na Comissão de Finanças e Tributação e tem sete PLs apensados, considera dependente do policial e do bombeiro militar: cônjuge ou companheira ou companheiro; descendentes menores de dezoito anos ou até vinte e quatro anos, se universitário e for comprovada a sua dependência econômica em relação ao policial ou bombeiro morto; descendentes incapazes; ascendentes, desde que comprovada a dependência econômica em relação ao policial ou bombeiro morto.

Em seu relatório, Cabo Sabino salienta que, embora exista a previsão de que a matéria seja privativa do presidente da República por questões orçamentárias, seu parecer visa, acima de tudo, atender aos interesses da nação e dos profissionais de segurança pública. “São altos os números dos profissionais mortos e o impacto financeiro é de fácil adequação, haja vista que não é uma despesa fixa e depende dos acontecimentos”.

Atendendo ao requerimento do deputado federal Cabo Sabino, Assembleia Legislativa debate crise no sistema socioeducativo do Ceará

Atendendo ao requerimento do deputado federal Cabo Sabino (PR/CE), à Assembleia Legislativa do Ceará sediará, nesta terça-feira (20), no Complexo de Comissões Técnicas da Casa, às 14h, Encontro Regional, proveniente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Câmara Federal, com o objetivo de discutir a situação dos socioeducadores no Estado do Ceará. O objetivo é apontar alternativas para melhorar as condições de trabalho da categoria.

De acordo com o parlamentar, as frequentes rebeliões nos centros socioeducativos que, de 2015, para este setembro de 2016, já contabilizam mais de 360, além das fugas em massas que somam mais de 100, e as poucas condições de trabalho, tornam cada vez mais difícil ser agente socioeducador. “Falta estrutura física nas unidades; veículos apropriados para escolta; segurança externa; treinamento e capacitação para os profissionais. Falta ainda, recursos humanos, porque há uma tendência de precarização do sistema, com contratos temporários e terceirização, sendo que esta atividade é típica de Estado”, destaca o parlamentar.

Dados do Conselho Nacional de Entidades Representativas de Profissionais do Sistema Socioeducativo apontam que o setor, no Brasil, tem 15 mil trabalhadores, com carga horária de 40 horas semanais e de média salarial de R\$ 1,5 mil.